

01 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

A guinada do juiz

Ao se aproximar do novo governo, Sergio Moro perde a isenção necessária para seguir à frente da Lava Jato e mina esforços no combate à corrupção

A sofreguidão com que o juiz federal Sergio Moro atendeu ao chamado do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), poucas horas após o fechamento das urnas, espantou até mesmo os observadores mais atentos da trajetória do magistrado.

Em entrevistas na segunda (29), o futuro mandatário mencionou Moro como um bom nome para o Ministério da Justiça ou uma vaga no Supremo Tribunal Federal, pelo papel que exerceu no combate à corrupção nos últimos anos.

No dia seguinte, o juiz disse que se considerava honrado pela lembrança e imediatamente passou a dar sinais de entusiasmo pela ideia do capitão reformado. Ficou acertado um encontro para que os dois se entendam nesta quinta (1º), no Rio.

Os movimentos surpreendem porque contrariam a reputação que o magistrado construiu com zelo nos quatro anos em que conduziu os processos da Lava Jato.

Sai de cena o profissional sóbrio que aplicou a lei com rigor e mandou para a prisão os figurões que se associaram para saquear os cofres públicos. Sobe ao palco o juiz inebriado pela adoração popular e pela chance de entrar na política.

Qualquer que seja o desfecho da conversa com Bolsonaro, Moro comprometeu sua independência como magistrado de maneira irremediável ao dar passos tão resolutos na direção do novo governo.

Se sua escolha for confirmada pelo presidente eleito, ele perde-

rá, claro, o distanciamento necessário para seguir na Lava Jato.

Basta imaginar o que poderá acontecer no próximo dia 14, data marcada pelo próprio juiz para que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja ouvido em uma das ações em que é réu no Paraná.

Preso em Curitiba, o líder petista tornou-se inelegível depois que sua condenação por Moro, em outro caso, foi confirmada pelo tribunal de segunda instância.

O PT ganharia argumentos, nesse cenário, para alimentar a versão fantasiosa, levada à opinião pública e a instituições internacionais, de que Lula se viu condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro sem provas, devido a mera perseguição política.

Mesmo que o magistrado não se mude para Brasília, o flerte com Bolsonaro põe em dúvida sua isenção e estimulará pedidos para que tribunais superiores revisem suas sentenças com olhar crítico.

É previsível o questionamento a decisões que podem ter contribuído para o triunfo bolsonarista ao reforçar sentimentos antipetistas — da prisão de Lula à divulgação da delação do ex-ministro Antonio Palocci às vésperas do primeiro turno.

Decerto que constitui prerrogativa do presidente formar sua equipe como achar melhor, e Moro pode estar imbuído das mais nobres intenções ao atender a seu convite. O dano para a credibilidade da Lava Jato, porém, pode ser irreversível.

01 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Em encontro, Bolsonaro vai oferecer superpasta da Justiça a Sergio Moro

Ministério reunirá Segurança Pública, Transparência e Coaf;
juiz encontrará eleito nesta quinta

RIO DE JANEIRO O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), vai oferecer ao juiz Sergio Moro uma versão turbinada do Ministério da Justiça.

A pasta vai somar as estruturas da Justiça, Segurança Pública, Transparência e Controladoria-Geral da União e o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), este último hoje ligado ao ministério da Fazenda.

O convite será feito pessoalmente na manhã de quinta-feira (1º), na residência de Bolsonaro, no Rio de Janeiro.

O juiz responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância do Paraná visitará o presidente eleito.

Ao remodelar o ministério, Bolsonaro pretende reforçar seu discurso de segurança pública e de combate à corrupção.

Por sua atuação judicial, Moro é visto como linha-dura. Partiram dele decisões que levaram à cadeia figuras importantes da política e do meio empresarial, como Marcelo Odebrecht, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB-RJ).

No caso do petista, o magistrado condenou o ex-presidente no caso do triplex do

Guarujá, em julho de 2017. A decisão foi confirmada em segunda instância, levando à prisão de Lula em abril deste ano.

Por seus julgamentos, Moro passou a ser tratado como herói em manifestações antipetistas, por exemplo. Por outro lado, defensores do PT o acusam de ser parcial.

Em entrevista a emissoras de televisão, um dia depois de ser eleito, Bolsonaro disse que gostaria de ter Moro à frente da Justiça ou do STF (Supremo Tribunal Federal) — é o presidente que indica os membros da corte, o que é seguido por uma confirmação pelo Senado.

No Supremo, uma vaga só abriria, no atual cenário, em 2020, com a aposentadoria compulsória do ministro Celso de Mello, membro mais antigo do tribunal, que completará 75 anos daqui a dois anos.

Em resposta às declarações de Bolsonaro à imprensa, o juiz se disse honrado por ter sido lembrado. “Caso efetivado oportunamente o convite, será objeto de ponderada discussão e reflexão”, disse o magistrado.

Nesta semana, após a eleição, Moro parabenizou Bolsonaro, ainda que sem citá-lo nominalmente, e desejou que ele faça “um bom governo” e

resgate a confiança da sociedade brasileira nos políticos.

Sua mulher, a advogada Rosângela Wolff Moro, também se manifestou favoravelmente à eleição do capitão reformado, nas redes sociais, e disse “não ter medo da mudança”.

Se confirmada, a ida de Mo-

ro para o governo terá um quê de superação de um episódio ocorrido em março do ano passado. O juiz atendia admiradores no aeroporto de Brasília quando vou avistado por Bolsonaro, que o abordou prestando continência e exclamando: “doutor Moro!”.

O juiz falou um “tudo bem?”, deu um leve sorriso e saiu, enquanto o deputado colocava a mão em seu ombro. Só restou ao político acompanhar com o olhar o magistrado partir.

O parlamentar foi alvo de piadas pelo ocorrido. “Quero crer que ele não me reconheceu”, disse Bolsonaro à Folha à época. “Ele que tem que responder [sobre a reação], até porque eu sou uma pessoa que sempre tratei com dignidade todo mundo.”

Moro então ligou para pedir desculpas e disse que não teve a intenção de ofender o parlamentar, mas também não queria que o episódio fosse “explorado politicamente”. Talita Fernandes e Joelmir Tavares

CONTINUA

01 NOV 2018

CONTINUAÇÃO

Especialistas veem juiz sob suspeição para julgar Lula

Mario Cesar Carvalho

SÃO PAULO O simples encontro do juiz federal Sergio Moro com o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), já o coloca sob suspeição para continuar julgando processos do ex-presidente Lula, segundo advogados ouvidos pela Folha. Uma reunião de Bolsonaro com Moro está marcada para esta quinta-feira (1º), para discutirem a eventual ida do juiz para o Ministério da Justiça.

Moro marcou uma audiência para interrogar Lula no dia 14 de novembro no caso do sítio de Atibaia, no qual o presidente é acusado de ter recebido propina da Odebrecht, da OAS e do pecuarista José Carlos Bumlaí em forma de obras no imóvel. O juiz também deve julgar no próximo mês a ação penal na qual o ex-presidente é apontado como beneficiário de suborno da Odebrecht na compra de um imóvel em São Paulo que seria destinado ao Instituto Lula.

Suspeição ocorre num processo quando um juiz deixa de ser imparcial, ou seja, quando adota uma postura que compromete a sua isenção para ponderar uma decisão.

O advogado Andrei Zanker Schmitt, professor de processo penal da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de Porto Alegre, diz que Moro precisa se afastar já dos casos envolvendo Lula.

“A atuação de um juiz não pode ser pautada por interesses pessoais. Um juiz que confessa possuir aspiração política colidente com casos a ele submetidos não pode julgá-los, sob pena de colocar em dúvida a imparcialidade de sua atuação”, afirma. “Suspeição significa suspeita. O cheiro de parcialidade já é motivo para o afastamento de um juiz”.

FOLHA DE S. PAULO

Juliano Breda, advogado que atua na Lava Jato e preside a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no Paraná, diz que a posição de Moro de que pensaria no convite de Bolsonaro já denota suspeição. “A declaração evidencia uma aproximação político-partidária incompatível para a isenção que se espera de um magistrado que, neste caso, julgaria o ex-adversário político do presidente eleito”, afirma.

Segundo Breda, pela lei brasileira é “praticamente impossível” comprovar a quebra de isenção do juiz. O Código de Processo Penal prevê que o juiz se declare suspeito “se for amigo íntimo ou inimigo capital”, se for “cônjuge, ascendente ou descendente”, “se for credor ou devedor” ou sócio de algum réu do processo.

Mas ele não vê essa dificuldade no caso da decisão de Moro de se encontrar com Bolsonaro: “Parece ser claro que houve perda total de imparcialidade com a cogitação pública de exercer um dos principais cargo de confiança de quem chegou a pregar a eliminação dos ‘pétralhas’”.

O criminalista Alberto Toron diz que o encontro com Bolsonaro implica perda da imparcialidade por conta da oposição e confrontos entre Bolsonaro e Lula —o presidente eleito disse que Lula deveria apodrecer na prisão. “Se ele é partidário do Bolsonaro, há uma antinomia em relação a Lula”, afirma.

O encontro com Bolsonaro, segundo Toron, precisa ser somado a um histórico de fatos polêmicos do juiz em relação ao ex-presidente, entre os quais ele inclui a divulgação de conversas telefônicas de Lula quando a então presidente, Dilma Rousseff, cogitava nomeá-lo ministro,

em 2016, e da delação de Antonio Palocci às vésperas do primeiro turno das eleições.

Há visões discordantes sobre a eventual perda da imparcialidade do juiz. O advogado Thiago Bottino, coordenador do curso de direito da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro, diz não ver problemas no convite. “De todas as situações em que o juiz se manifestou politicamente, falando fora dos autos, comentando casos, dizer que vai pensar no convite é o menos problemático do ponto de vista da imparcialidade”.

A parcialidade, de acordo com Bottino, precisa ser analisada a partir de atos nos processos que tiveram um viés contra o ex-presidente, como a divulgação das conversas de Lula em 2016 e da delação de Palocci. Nesses casos, afirma, Moro foi parcial.

O juiz Moro diz que só comenta questões dos processos que julga nos autos.

Caso aceite o convite, outro juiz seria designado para tocar os processos da Lava Jato. Moro terá que se exonerar da função de juiz para assumir o posto no Executivo.

01 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Vaidade, meu pecado favorito

Juízes federais, dirigentes de associações de magistrados e ministros do Supremo avaliam que, ainda que Sergio Moro rejeite o convite para ser ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PSL), ele já meteu os pés pelas mãos ao 1) sinalizar que considera a proposta e 2) se dispor a viajar para falar com o presidente eleito. O aceno de Moro pegou colegas do primeiro grau de surpresa e indignou membros de cortes superiores. O simples aceno ao cargo, dizem, deveria forçá-lo a abrir mão de diversos casos.

QUE É ISSO, COMPANHEIRO? Colegas do juiz símbolo da Lava Jato temem prejuízos não só a ele, mas para toda a categoria. Eles acreditam que uma eventual composição entre Moro e Bolsonaro vai levar a questionamentos não só sobre as decisões do juiz de Curitiba, mas também de todos os colegas que se projetaram com o combate à corrupção.

PASSO EM FALSO Um ministro do Supremo diz que, só de se aproximar de Bolsonaro, Moro vai reforçar a ideia de que Lula é um preso político e alimentar as acusações de que atuou por motivações pessoais e de que deveria ter se declarado suspeito de julgar o ex-presidente.

COM QUEM ANDAS A despeito de decisões de Moro questionadas pela defesa de Lula ou mesmo revistas por cortes superiores, o presidente eleito, com quem ele deve conversar nesta quinta (1º), pregou que o ex-presidente apodrecesse na cadeia, que era preciso varrer a bandidagem vermelha e também “fuzilar a petralhada”.

OBRIGADA A defesa do ex-presidente Lula pediu a nulidade dos processos conduzidos por Moro. Nesta quarta (31), os advogados apresentaram alegações finais no caso sobre o terreno do instituto que leva o nome do petista.

OBRIGADA 2 A avaliação é a de que, ao aceitar um encontro com Bolsonaro, Moro “escancarou que tem atuado como agente político”.

CURRICULUM Delegados da PF, porém, estão animados com a hipótese de trabalhar com Moro. Eles já começaram a pesquisar falas do magistrado sobre temas caros à categoria. O juiz disse, por exemplo, ser a favor da instituição de um mandato para a direção-geral da corporação, mas não declarou se a escolha seria por meio de uma lista triplíce.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

01 NOV 2018

MURO ALTO

O STF (Supremo Tribunal Federal) julgará no fim do mês propostas que criam a “Escola Sem Partido”. A ideia encontra resistências e deve ser derrubada pelo plenário da corte.

MURO 2 O STF já suspendeu liminarmente duas leis de estados e municípios que versam sobre a “doutrinação ideológica”. Em um dos casos, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou que a norma era “inconsistente do ponto de vista acadêmico e evidentemente violadora da liberdade de ensinar”.

MURO 3 Segundo ele, a lei evidenciaria ainda “o propósito de constranger e de perseguir aqueles [professores] que eventualmente sustentem visões que se afastam do padrão dominante”.

MURO 4 Disse ainda que “a permanente preocupação do professor quanto às repercussões políticas de seu discurso em sala de aula” o levaria a “deixar de tratar de temas relevantes”, desencorajando o debate entre alunos e comprometendo “desenvolvimento do pensamento crítico”.

CAÇA A lei seria “tão vaga e genérica” que poderia “se prestar à finalidade inversa: a imposição ideológica e a perseguição dos que dela divergem”.

VETO Já o ministro Marco Aurélio Mello diz que “qualquer postura que a priori implique em obstáculo à troca de ideias, às discussões, é censura prévia”, vedada pela Constituição. O julgamento está marcado para o dia 28.

É A LEI E Marco Aurélio diverge da declaração de Barroso de que o STF, unido em temas de direitos humanos, diverge no combate à corrupção por causa de “muitos laços históricos difíceis de se desfazerem”. Diz ele: “O processo, para mim, não tem capa. Tem conteúdo”.

BOLSOMORO Advogados estudam recorrer ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para questionar decisões de Sergio Moro contra Lula. O juiz pode aceitar nesta quinta (1º) convite de Jair Bolsonaro para o Ministério da Justiça — o que reforçaria a tese de que ele atuou politicamente.

||

BOLSOMORO 2022 Moro pode concorrer à sucessão de Bolsonaro. A ideia já circula entre integrantes do núcleo duro da equipe do capitão reformado.

01 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Beto Richa e mais 12 são réus na Radiopatrulha

Ex-governador e ex-secretários são acusados de integrar suposto esquema para fraudar licitações no programa Patrulha do Campo

São Paulo - A Justiça do Paraná colocou no banco dos réus o ex-governador Beto Richa (PSDB) e mais 12 denunciados na Operação Radiopatrulha - investigação sobre suposto esquema de propinas no âmbito de contratos de manutenção de estradas rurais.

A decisão foi tomada pelo juiz Fernando Fischer, que recebeu acusação formal do Ministério Público do Estado. Segundo a denúncia da Promotoria, "o total dos pagamentos efetuados pelo Estado do Paraná às empresas conluiadas foi de R\$ 101.905.930,58".

"Considerando a porcentagem prometida de propina - 8% sobre o bruto -, o valor global das vantagens indevidas recebidas pelos agentes públicos denunciados foi da ordem de R\$ 8.152.474,44", sustenta o Ministério Público.

No dia 11 de setembro, Richa chegou a ser preso por ordem de Fischer, mas acabou solto por decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministério Público também acusa o irmão do tucano, Pepe Richa, que foi secretário de Infraestrutura do Estado, e o ex-chefe de gabinete Deonilson Roldo. A mulher de Beto Richa, Fernanda, e o contador da família, Dirceu Pupo Ferreira, também foram presos na Radiopatrulha e soltos por Gilmar.

Fernanda não foi denunciada pela Promotoria. Ela não é ré no processo.

Richa também é investigado na Operação Lava Jato, que fez buscas em sua residência no mesmo dia da prisão. A Lava Jato suspeita de ligação do ex-governador com propinas da Odebrecht, que teria sido favorecida em contrato de duplicação da PR323, no interior do Paraná. À RPC TV, as defesas de Beto, Pepe e Roldo disseram que vão se manifestar somente no processo.

ABIANTOUN

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, quer saber a localização e qual o estado de saúde de Luiz Abi Antoun, após ele não ter retornado de uma viagem internacional ao Líbano e faltado a audiências judiciais no mês de outubro. A viagem foi autorizada pela Justiça. O despacho, datado desta terça-feira (30), também questiona qual o endereço exato dele no Oriente Médio.

Preso, provisoriamente, pela primeira vez na Operação Voldemort, do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), que descreveu uma fraude com recursos estaduais para contratação emergencial de uma oficina mecânica em Cambé, Antoun já foi

condenado por envolvimento neste processo e na Operação Publicano, mas responde em liberdade.

No dia 11 de setembro de 2018, ele voltou a ser detido na Operação Radiopatrulha, que investiga irregularidades no programa Patrulha do Campo, do governo estadual, mas voltou a ser solto. Mais tarde, em nova fase da Operação Integração, um novo mandado de prisão contra Antoun deixou de ser cumprido porque ele estava em viagem ao Líbano, com autorização do próprio juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina.

A defesa de Antoun protocolou nos autos judiciais cópias de laudos médicos em português, inglês e em árabe - este, com tradução para o português. Neste último, um médico com diploma francês diagnostica inflamação e alergia no peito, com falta de ar e febre. Também aponta problemas cardíacos.

CONTINUA

01 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

DEFESA

Nas manifestações nos autos, o advogado Anderson Mariano, que defende Antoun, alerta que o réu fica impossibilitado de comparecer às audiências enquanto não houver liberação médica para viagens aéreas e pede compreensão com a situação. "O profissional que elaborou o atestado médico prescreveu repouso total e acompanhamento por um período de um mês, sem possibilidade de viajar de avião durante este período", alegou o advogado, em manifestação datada de 19 de outubro. Anderson Mariano afirmou que seu cliente retornará ao Brasil assim que possível. (Colaborou Luís Fernando Wiltemburg)

01 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Réu na Publicano nega acusações e critica o MP

Em último dia de instrução da Publicano 2 em Londrina, ex-inspetor geral da Receita Estadual diz que denúncias saíram da cabeça de delator



Juiz Juliano Nanuncio ouviu nesta quarta (31) quatro investigados de supostamente participar de esquema de corrupção na Receita Estadual

CONTINUA

01 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Isabela Fleischmann
Reportagem Local

Esta quarta-feira (31) foi o último dia de instrução do processo criminal da Publicano 2 em Londrina. A Justiça ouviu quatro supostos envolvidos no esquema de favorecimento à sonegação de impostos para empresários por meio do fisco estadual, incluindo Márcio Albuquerque Lima, ex-inspetor geral da Receita Estadual de Londrina, e um dos principais réus.

A denúncia acatada pela Justiça, que partiu do MP (Ministério Público) - e tem como base um acordo de delação premiada -, alega que 123 pessoas estariam envolvidas no esquema de corrupção na Receita Estadual.

O primeiro a ser interrogado pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, foi o auditor fiscal Miguel Arcanjo Dias, que negou as acusações.

Dias afirmou que a versão do delator, Luiz Antônio de Souza, é inverídica. Em seguida, foi a vez do contador José Constantino, que atuava em uma empresa de Arapongas, também negar os fatos denunciados.

Nanuncio interrogou o ex-inspetor geral de Fiscalização e diretor da Receita Estadual, José Aparecido Valêncio da Silva, que, como os outros, disse nunca saber da prática dos fatos.

O principal depoimento foi o de Márcio Lima Albuquerque, que faria parte da cúpula do esquema, junto de sua esposa e auditora fiscal Ana Paula Pelizzari Marques de Lima, José Luiz Favoretto

- ex-delegado do fisco em Londrina - e Milton Oliveira Digiácomo. Todos os citados já foram condenados em outros processos da Publicano.

Lima e sua esposa foram condenados, respectivamente, a 97 e 76 anos de prisão, mas recorrem ao TJ (Tribunal de Justiça) em liberdade.

NEGATIVA

Interrogado por Nanuncio, Lima negou as denúncias de corrupção e concussão e questionou a veracidade dos fatos, alegando que não há nada contra ele, a não ser a delação premiada. Segundo ele, não só não praticou nenhum dos fatos como também não sabia do envolvimento de qualquer denunciado. "Isso nunca existiu, só existiu na cabeça do Luiz Antônio", reclamou.

O interrogado teceu críticas à atuação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) e disse que "o MP fez uma investigação seletiva e que nada disso foi publicado na imprensa".

"O Gaeco me monitorou por meio de ligações telefônicas por mais de um ano. Não há uma ligação sequer, um bom dia, um alô, que seja entre mim e o senhor Luiz Antônio", disse, baseado na denúncia de Souza. "A imprensa comprou essa história inventada pelo MP", relatou.

Lima justificou alguns fatos a ele imputados e elencou contradições das acusações sobre a morosidade de liberação de crédito para contribuintes em detrimento de outros empresários. "A acusação tenta impor a minha pessoa procrastinação

para levar vantagem e ficou bem claro que isso não é verdade", garantiu. Ele apresentou despachos e comparou as datas alegando que os processos não passavam de três meses. "Não vejo demora", afirmou.

O ex-inspetor negou ser proprietário de uma casa no valor de R\$ 15 milhões e ter patrimônio incompatível com sua renda. "Falaram que eu seria proprietário de um late, tamanha a maldade do MP e da imprensa", disse.

Douglas Maranhão, advogado de Lima, disse que "a defesa irá se manifestar apenas nos autos do processo".

O representante do MP, Leandro Antunes, entretanto, replicou que já eram esperadas tentativas de desqualificação da denúncia e da delação por parte dos réus. "O Ministério Público recebeu com tranquilidade, sem qualquer tipo de intercorrência que chamasse a atenção. Já era esperado que os réus negassem os fatos imputados na denúncia e cada um adota uma estratégia para tentar demonstrar sua inocência. Alguns réus preferem atacar o delator, o que é muito comum nas grandes operações, vimos isso não só na Publicano como também na Lava Jato, e outros preferem tecer comentários técnicos a respeito dos fatos", comentou.

Com os depoimentos em Londrina concluídos nesta quarta, a fase de instrução será finalizada nos próximos meses com as precatórias fora da cidade. Sobre as acusações feitas pelos réus ao MP, Antunes disse que não participou da fase investigatória, mas que, "analisando os autos a gente verifica que todos os fatos relatados pelo delator foram de alguma forma investigados". "Não vejo qualquer elemento que demonstre má-fé de quem fez a investigação", garantiu.

01 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Senador denunciado por ser lobista dos cartórios

O projeto aumentando em 747% valores cobrados pelos cartórios do DF para carimbar papéis, para reconhecer firmas ou autenticar fotocópias, lançou luz sobre o milionário lobby dos donos de cartórios, que há anos atua no Congresso. Em acalorada discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o senador José Pimentel (PT-CE) apresentou voto em separado, apontou para o colega Hélio José (Pros-DF), em fim de mandato, e o acusou de ser “lobista de cartório”.

Origem da tanga

O aumento abusivo, que vários senadores atribuem ao lobby dos cartórios, foi oficialmente apresentado pelo Tribunal de Justiça do DF.

É lobby mesmo

José Pimentel lembra que o próprio TJ-DF não vê necessidade de taxa para “reaparelhamento” do tribunal porque os recursos vêm da União.

Desejo antigo

O abuso veio à tona em 2017, quando o senador Antonio Reguffe (sem-partido/DF) denunciou o projeto dos cartórios.

01 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Se aceitar, Moro será superministro

Brasília - O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), vai oferecer ao juiz Sérgio Moro uma versão turbinada do Ministério da Justiça. A pasta vai somar as estruturas da Justiça, Segurança Pública, Transparência e Controladoria-Geral da União e o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), estrutura hoje ligada ao Ministério da Fazenda.

O convite será feito pessoalmente na manhã de quinta-feira (1º), no Rio de Janeiro. O juiz responsável pela Lava Jato no Paraná visitará o presidente elei-

to. Ao remodelar o ministério, Bolsonaro pretende reforçar seu discurso de Segurança Pública e de combate à corrupção.

Moro é visto como juiz linha-dura por sua atuação na Lava Jato. Partiram dele decisões que levaram à cadeia figurões da política e do meio empresarial, como Marcelo Odebrecht, o ex-presidente Lula e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. Em entrevista a emissoras de televisão, um dia depois de ser eleito, Bolsonaro disse que gostaria de ter Moro à frente da Justiça ou do STF (Supremo Tribunal Federal). (Talita Fernandes/Folhapress)

OPINIÃO DO LEITOR

Convite ao juiz Sergio Moro

Presidente Jair Bolsonaro, parabéns pela lembrança e convite ao juiz federal Sergio Moro, coordenador da Operação Lava Jato, o maior orgulho dos brasileiros, para o cargo de ministro da Justiça ou para ocupar vaga no STF (Supremo Tribunal Federal). Movido por uma premonição, peço que o senhor não o coloque no Ministério da Justiça, mas reserve a vaga para ele no STF, porque mais do que nunca o Dr. Sergio Moro é indispensável em Curitiba para terminar seu trabalho na Operação Lava Jato. Para o bem do Brasil, na Justiça, agora não.

JOSÉ PEDRO NAISSER (ecologista) - Curitiba

01 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Em nota, PT crítica Judiciário e promete resistir

Catia Seabra.

Folhapress

São Paulo - O PT divulgou nesta quarta-feira (31) uma nota em que critica o Judiciário, chama o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) de aventureiro fascista e promete resistência. Segundo a resolução petista, o processo eleitoral foi marcado, desde o início, pela violência e pelo ódio político, a começar pela cassação da candidatura do ex-presidente Lula.

“A cúpula do Judiciário ignorou uma determinação da ONU sobre o direito de Lula ser candidato. E foi incapaz de conter a indústria de mentiras nas redes sociais financiadas pelo caixa 2 de Jair Bolsonaro”, diz o documento, acrescentando que “pela primeira vez desde a redemocratização tivemos uma eleição sem debates no segundo turno”.

Produto da reunião ocorrida dois dias após a eleição do militar reformado, a resolução cobra

ação da Justiça ante à proliferação de fake news a favor de Bolsonaro financiada por caixa dois. “Diante da sociedade brasileira e dos observadores internacionais, que testemunharam os desvios e violência desta campanha, a Justiça Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal têm o dever de investigar as ocorrências denunciadas pela população, pela imprensa e pelo PT na campanha de Jair Bolsonaro”, diz.

Na nota, o PT promete resistir à reforma da Previdência “que Michel Temer e Jair Bolsonaro querem fazer, contra os aposentados e os trabalhadores” e à entrega do patrimônio nacional, das empresas estratégicas, das riquezas naturais do Brasil aos interesses estrangeiros. “Vamos resistir à submissão do país aos Estados Unidos. Nossa bandeira é a do Brasil. Nunca beijaremos a bandeira dos Estados Unidos como fez Bolsonaro”, afirma documento.

BEMPARANÁ

01 NOV 2018

#RÁDIO PATRULHA

Beto Richa, irmão, aliados e empresários viram réus

O ex-governador Beto Richa (PSDB), seu irmão José Richa Filho (Pepe Richa) e outros 11 investigados viraram réus na Operação Rádio Patrulha, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). O juiz Fernando Bardelli Silva Fischer, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, aceitou na terça-feira (30) a denúncia do Ministério Público do Paraná (MP-PR). Richa virou réu por corrupção passiva e fraude a licitação.

A operação investiga esquema de propina para desvio de dinheiro por meio de licitações fraudadas no programa "Patrulha do Campo", para recuperação de estradas rurais do Estado.

Além de Beto Richa, são réus por corrupção passiva e fraude a licitação o ex-secretário de Infraestrutura e Logística Pepe Richa; o ex-chefe de Gabinete de Richa, Deonilson Roldo; o ex-secretário de Cerimonial, Ezequias Moreira; e o ex-diretor-geral da Secretaria de Infraestrutura, Aldair Petry. O ex-secretário de Assuntos Estratégicos, Edson Casagrande e advogado Túlio Bandeira viraram réus por fraude a licitação e corrupção ativa. Já os empresários Emerson Savanhago e Robison Savanhago, por fraude a licitação.

O primo do governador, Luiz Abi Antoun, vai responder por corrupção passiva. Os empresários Celso Frare, da Ouro Verde, e Joel Malucelli, do Grupo JMalucelli, vão responder por corrupção ativa, assim como o advogado André Felipe Bandeira, irmão de Túlio Bandeira.

Junto com outros 13 investigados, incluindo a ex-primeira-dama Fernanda Richa, Beto Richa foi preso na Operação Rádio Patrulha em 11 de setembro. Após habeas corpus concedido pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), os investigados foram soltos, quatro dias depois.

No despacho, o juiz Fernando Fischer afirma que entre os motivos que o levaram a aceitar a denúncia está as gravações feitas pelo ex-deputado Tony Garcia, delator e pivô da operação. "Em especial no áudio de gravação ambiental de mov. 1.26, em que o próprio denunciado trata de assuntos relacionados ao atraso do pagamento

da propina com o colaborador Tony Garcia", afirma. Fischer se refere ao áudio em que Beto Richa cita que entrou um "tico-tico lá", que seria o pagamento do Estado a empresa Ouro Verde. "Ah! Ele me agradeceu, "já entrou um tico-tico lá que tava atrasado, obrigado", diz. Em seguida, Richa cobra Tony Garcia para que ele vá "pra cima" do empresário, no que seria uma referência a cobrar a propina referente ao pagamento.

Propina

De acordo com o MP, Richa tinha toda a ciência da negociação de propina, informado por Tony Garcia, seu amigo, e "convalidou todo o arranjo criminoso, inclusive o aceite da promessa de vantagem indevida, autorizando, em seguida, a abertura de concorrência pública para a contratação das empresas, no valor máximo de R\$ 72 milhões", em despacho de 28 de novembro de 2011.

O juiz menciona que ainda há outras informações na delação que o ex-diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagem Nelson Leal Junior assinou com a Procuradoria-Geral da República no âmbito das 48ª e 55ª fases da Operação Lava Jato, as operações Integração I e II, respectivamente.

Dinheiro

Na Rádio Patrulha, o MP afirma que empresários e pessoas ligadas a eles ofereciam dinheiro a integrantes do governo em troca de atos de ofício por parte de agentes públicos para vencerem as licitações. O valor acertado, de acordo com os procuradores, correspondia a 8% do valor bruto dos contratos. Ao todo, diz a denúncia, foram pagos R\$ 8.152.474,44 em vantagens indevidas, em 36 pagamentos mensais. Beto era o "principal destinatário final das vantagens indevidas prometidas pelos empresários, plenamente ciente das tratativas e reuniões realizadas", afirma a denúncia.

CONTINUA

01 NOV 2018

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Defesa não se pronuncia

De acordo com a denúncia do Ministério Público, no segundo semestre de 2011, os empresários Joel Malucelli e Celso Frare, junto com Tony Garcia, prometeram a Beto Richa, José Pepe Richa, Deonilson Roldo, Ezequias Moreira e Aldair Petry, além de Luiz Abi, "vantagem indevida" na forma de pagamento de propina para que eles manipulassem a licitação para contratação de empresas para o "fornecimento de equipamentos e veículos novos, mediante locação para atuação na adequação e melhorias de estradas rurais municipais". Segundo o MP, as empresas favorecidas seriam a Ouro Verde Transpor e Locação, a Cotrans, e a J. Malucelli Equipamentos. O dono da Cotrans, Osni Pacheco, morto em 2015, teve a punibilidade extinta pelo juiz. Luiz Abi, primo do ex-governador mesmo não ocupando cargo público, segundo o MP, "era, na verdade, uma das figuras mais importantes na cúpula do Poder Executivo.

A defesa de Beto e Pepe Richa informou que vai se manifestar apenas nos autos. O advogado Anderson Mariano, de defesa de Luiz Abi, considera temerário o recebimento de denúncia "pautada exclusivamente na palavra de um delator que por diversas vezes faltou com a verdade ao Poder Judiciário, mesmo na qualidade de delator, e que possui extenso histórico criminal". Joel Malucelli, Marcelo Bandeira, Emerson e Robison Savanhado alegaram na ação que não se pode atribuir credibilidade aos fatos noticiados pelo colaborador Tony Garcia, em razão de sua "inidoneidade verificada por meio de seu histórico judicial". Na ocasião da deflagração da operação, Celso Frare confirmou irregularidades e anexou ao processo um cheque de R\$ 971 mil a título de reparação.

01 NOV 2018

BEMPARANÁ

Moro se reúne com Bolsonaro e deve aceitar ministério

Magistrado responsável pela Lava Jato assumiria comando da pasta da Justiça

O juiz federal Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, se reúne hoje com o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) no Rio de Janeiro. O magistrado será recebido pelo presidente eleito para definir se aceita ir para o Ministério da Justiça e depois assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF).

O grupo mais próximo de Bolsonaro anunciou ontem o formato do Ministério do futuro governo. Citado pelo próprio presidente eleito como um “grande símbolo” da luta contra a corrupção e possível titular da pasta da Justiça - o juiz Sérgio Moro admitiu que poderá aceitar o convite caso ele seja feito. “Tudo depende de conversar para ver se há convergências importantes e divergências irrelevantes”, disse Moro.

O juiz federal foi cotado pelo presidente eleito também para uma vaga no Supremo Tribunal Federal - durante o mandato de Bolsonaro serão



Moro: “Depende da conversa”

abertas duas vagas na Corte por aposentadoria compulsória, a do ministro decano Celso de Mello, em novembro de 2020, e a de Marco Aurélio Mello, em julho de 2021.

Em nota, Moro disse que ficou “honrado” com a lembrança de seu nome para os dois postos. “Sobre a menção pública pelo sr. presidente eleito ao meu nome para compor o Supremo Tribunal Federal quando houver vaga

ou para ser indicado para Ministro da Justiça em sua gestão, apenas tenho a dizer publicamente que fico honrado com a lembrança. Caso efetivado oportunamente o convite, será objeto de ponderada discussão e reflexão.”

Estatuta - No governo Michel Temer, o Ministério da Justiça foi desidratado e deixou de ter controle sobre a Polícia Federal, que passou a ser vinculada à pasta extraordinária da Segurança Pública, criada em fevereiro. No desenho da nova Esplanada sob o governo Bolsonaro, a previsão é de que os dois ministérios sejam fundidos. O vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, disse que “tudo indica” que as pastas serão juntadas, porque isso faz parte “do processo de enxugamento” do primeiro escalão do governo. Mourão disse que o titular da Justiça “certamente será alguém que tenha estatura moral perante o País”.

BEMPARANÁ 01 NOV 2018

Casamentos em queda e divórcios em alta no Paraná

Unões tiveram queda de 7,13%, enquanto separações cresceram 4,51%

Rodolfo Luis Kowalski

Casamento, ao que tudo indica, está se tornando algo 'fora de moda' para os paranaenses. De acordo com a pesquisa Registro Civil 2017, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de uniões oficializadas no estado teve uma queda de 7,13% desde 2015. Por outro lado, os divórcios tiveram alta de 4,51% nesse mesmo período. Na prática, há hoje um divórcio para cada quatro casamentos.

Em 2017, foram realizados 60.609 casamentos no Paraná, média de 166 uniões por dia no estado. Em 2015, haviam sido 65.264, o equivalente a aproximadamente 178 casamentos por dia.

Já o número de divórcios nesse mesmo período subiu de 14.904 (41 por dia) para 15.576 (43 por dia). Em 2016, quando foram registrados 14.675 divórcios, o número até chegou a cair, mas no último ano já teve um crescimento novamente, de 6,14% (de 2016 para 2017).

Considerando-se os dados do Brasil como um todo, o cenário que se apresenta é bem parecido ao verificado no âmbito estadual. Em 2017, foram 1.064.489 casamentos em todo o país, número 5,94% inferior ao registrado em 2015, quando foram oficializadas 1.131.734 uniões em todo o país.

As separações, por outro lado, tiveram alta de 15,86% nesses dois anos, saltando de 257.791 em 2015 para 298.676 no ano passado.

Homoafetivos

No ano passado, 273 casais homoafetivos oficializaram a união em cartório no Paraná. O número é 18,7% superior ao verificado em 2016 (230 uniões), mas ainda fica atrás de 2015, quando 297 casais gays casaram no civil.

Essa variação acontece principalmente por conta dos casamentos entre cônjuges do sexo masculino, que tiveram queda de 31,9% entre 2015 e 2017 (de 160 uniões para 109). Por outro lado, as uniões entre cônjuges do sexo feminino estão em alta: passaram de 137 para 164 no período analisado, alta de 19,7%.

Os registros de nascimento cresceram 2,6% entre 2016 e 2017, ano em que o Brasil ganhou 2,87 milhões de bebês.

Nascimentos X óbitos em 2017

No Paraná, em 2017 foram registradas 156.928 nascimentos, das quais 80.543 do sexo masculino e 76.375 do sexo feminino. Cerca de 25% do total de nascimentos (39.339), foram crianças de mulheres na faixa etária de 25 a 29 anos.

Em Curitiba, foram registradas 22.569 nascimentos, das quais 11.607 do sexo masculino e 10.959 do sexo feminino; 26,4% do total de nascimentos (5.961), foram crianças de mulheres na faixa etária de 30 a 34 anos.

No Brasil foram registradas 2.947.011 nascimentos, sendo que 2.867.732 nasceram naquele ano. A maior parte dos registros ocorridos em 2017 provenientes de nascimentos em anos anteriores, ocorreu nas regiões Norte (31.879) e Nordeste (28.605).

Em 2017, nasceram 105 meninos para cada 100 meninas, o que confi-

gura 1.469.707 pessoas do sexo masculino e 1.397.730 pessoas do sexo feminino.

Óbitos

No Paraná, em 2017, o número de óbitos foi 71.004. Deste total, 65.915 pessoas morreram de causa natural e 4.685 de morte violenta. Do total de mortes de menos de 1 ano de idade (1.603 registros), 1.127 foram óbitos fetais.

Em Curitiba, o número de óbitos foi 10.578. Deste total, 10.128 pessoas morreram de causa natural e 404 de morte violenta. Do total de mortes de menos de 1 ano de idade (185 registros), 161 foram óbitos fetais.

No Brasil foram registrados 1.286.968 óbitos, sendo que 1.273.103 foram registros de óbitos que ocorreram em 2017.

CONTINUA

01 NOV 2018

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

DADOS DO PARANÁ

Casamentos entre cônjuges do sexo masculino e feminino

2017	60.336
2016	61.638
2015	64.967
Divórcios	
2017	15.576
2016	14.675
2015	14.904
Casamento gay	
Cônjuges masculino	
2017	109
2016	118
2015	160
Cônjuges feminino	
2017	164
2016	112
2015	137

01 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

TJ-SP barra aumento do teto do funcionalismo

Fabio Leite

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decidiu ontem pela inconstitucionalidade da emenda feita à Constituição paulista pela Assembleia Legislativa que elevava o teto do funcionalismo público de todo o Estado para R\$ 30,4 mil, o equivalente ao subsídio-base dos desembargadores. Antes da alteração, o limite de remuneração dos servidores era o salário do governador, de R\$ 22,4 mil. A medida provocaria impacto de até R\$ 680 milhões aos cofres do Estado a partir do quarto ano de vigência.

Por unanimidade, os desembargadores do Órgão Especial do TJ-SP acolheram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pelo prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando (PSDB), contra a Emenda Constitucional n.º 46, que foi promulgada pela Assembleia no dia 8 de junho, por 67 votos a favor e 4 contra. A medida também valia para prefeituras e câmaras municipais de todos os 645 municípios paulistas, para os Tribunais de Contas do Estado e da capital, para o Ministério Público e para a Defensoria Pública.

O tucano alegou que a emenda violaria o pacto federativo, uma vez que sua iniciativa partiu de deputados estaduais, e a Constituição paulista prevê competência privativa do governador para propor emendas que tratem do teto remuneratório dos servidores públicos. O argumento foi acolhido pelo relator Renato Sartorelli e acompanhado por todos os outros desembargadores do Órgão Especial do TJ-SP.

Em seu voto, Sartorelli afirmou que “cabe ao chefe do Poder Executivo de cada ente político a disciplina relativa ao regime jurídico dos servidores públicos, competindo-lhe exclusivamente, segundo juízo de conveniência e oportunidade, encaminhar ao Poder Legislativo proposta de emenda constitucional tendente a adotar o sub-teto único facultativo”.

Escalonado. A Proposta de Emenda Constitucional, conhecida como PEC do Teto, foi apresentada pelo deputado Campos Machado (PTB) em 2017 e beneficiaria pelo menos 4 mil funcionários públicos, entre os quais agentes fiscais de renda. Segundo o texto, o novo teto entraria em vigor de forma escalonada: 70% do salário dos desembargadores no segundo ano de vigência da emenda, 80% no terceiro ano e 100% a partir do quarto.

“Entrei com a Adin para proteger o município de São Bernardo de pagar supersalários”, disse Morando, que já havia obtido uma liminar em junho barrando o novo teto na cidade.

● **Custo**

R\$ 680 mi

é quanto o aumento do teto dos servidores paulistas custaria aos cofres do Estado a partir do quarto ano de vigência.

01 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

União homoafetiva cresce 10%; OAB teme veto de futuro governo

Não existe lei no Brasil que regulamente a questão; vice-presidente eleito nega intenção de interferir no assunto

As uniões homoafetivas vêm ganhando força nos cartórios de todo o País. O Brasil registrou um aumento de 10% no número de casamentos gays no ano passado, segundo as Estatísticas do Registro Civil 2017, divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mas a diretora de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Maria Berenice Dias, afirmou que “os gays que quiserem se casar devem se apressar e formalizar a união até o fim deste ano”. O temor da advogada, assim como de muitos homossexuais, é de que o novo governo de Jair Bolsonaro (PSL), tão logo seja empossado, baixe uma medida provisória proibindo a união.

“Os casamentos já realizados não podem ser anulados, mas não sei se o Judiciário vai continuar reconhecendo a união entre pessoas do mesmo sexo. Trata-se de uma precaução, não custa nada”, diz a advogada.

Não existe lei no Brasil que regulamente a questão. Há a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2013, que impede os cartórios brasileiros de se recusarem a habilitar, a celebrar casamentos civis e a converter uniões estáveis homoafetivas em casamento civil. Uma medida provisória contrária à decisão teria força de lei e se imporia à resolução.

O governo nega tal intenção. Ao Estado, o vice-presidente

eleito, Hamilton Mourão (PRB), disse que “é um terrorismo feito pelo lado perdedor”. Afirmou, no entanto, que casamento “para mim, é entre homem e mulher, dentro das leis de Deus”. “Se dois homossexuais querem se unir, vão ao cartório e assinam a sua união.”

Outros dados. As informações do Registro Civil ainda mostram que, na média geral, os brasileiros se divorciaram mais e se casaram menos. O Brasil registrou 1.070.376 casamentos civis em 2017, sendo 5.887 entre pessoas do mesmo sexo.

Quanto às separações, em 2017 foram concedidos 373.216 divórcios em primeira instância ou por escrituras extrajudiciais, 28.690 a mais que no ano anterior. Na data do divórcio, os homens tinham, em média, 43 anos, enquanto as mulheres tinham 40 anos de idade. Os casamentos também estão durando menos. O tempo médio diminuiu de 17 anos em 2007 para 14 anos em 2017.

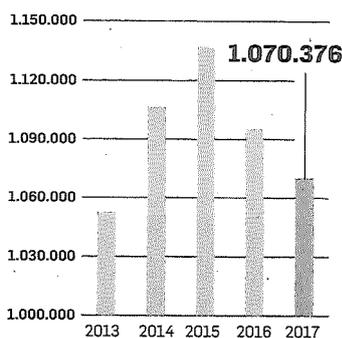
Por outro lado, tem aumentado mais recentemente o percentual de divórcios judiciais com guarda compartilhada dos filhos menores de idade: de 16,9% em 2016 para 20,9% em 2017. O IBGE lembra que a Lei do Divórcio, de 1977, já previa a guarda compartilhada de filhos menores de idade em caso de divórcio, mas só com a Lei 13.058, de 2014, essa passou a ter prioridade, ainda que não haja acordo entre os pais – considerando que ambos estejam aptos a exercer o poder familiar. Em 2014, a proporção de guarda compartilhada nas decisões de divórcio era de apenas 7,5%.

ROBERTA JANSEN, CONSTANÇA REZENDE e DANIELA AMORIM

LEVANTAMENTO

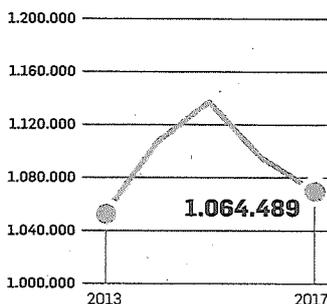
● País registrou mais de 1 milhão de casamentos ao longo do ano de 2017

Total

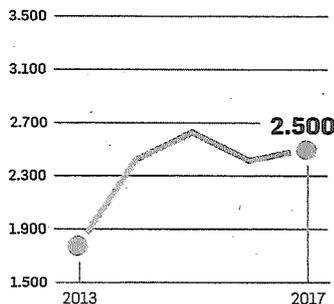


Tipo

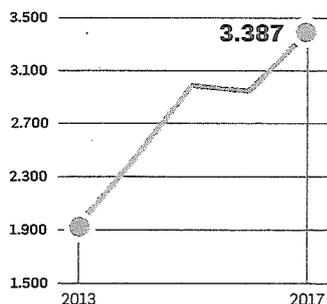
Mulher/Homem



Homem/Homem



Mulher/Mulher



FONTE: IBGE INFOGRÁFICO/ESTADÃO

01 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Ministro do STF suspende investigação contra Temer

Rafael Moraes Moura
Teo Cury / BRASÍLIA

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, decidiu suspender temporariamente a investigação do presidente Michel Temer em inquérito no qual delatores da Odebrecht apontam que integrantes do grupo político liderado por Temer e pelos ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Minas e Energia) teriam recebido recursos ilícitos da empreiteira como contrapartida ao atendimento de interesses da Odebrecht pela Secretaria de Aviação Civil – pasta que foi comandada pelos dois ministros de Temer entre 2013 e 2015.

O pedido de suspensão foi formulado pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que apontou que a Constituição Federal proíbe que o presidente seja denunciado por atos anteriores ao mandato.

“O pedido procede, porquanto o impedimento à responsabilização criminal do Presidente da República representa óbice a que o titular da ação penal promova o jus puniendi (direito de punir) estatal, enquanto vigente o mandato eletivo justificador dessa imunidade penal temporária”, observou Fachin em sua decisão, assinada na segunda-feira.

No relatório final do inquérito, que apura propinas de R\$ 14 milhões da Odebrecht para a cúpula do MDB, a Polícia Federal concluiu pela existência de indícios de que Temer, Padilha e Moreira cometeram os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O caso está relacionado com o jantar no Palácio do Jaburu, realizado em 2014 e detalhado nos acordos de colaboração premiada de executivos

da Odebrecht. Então vice-presidente, Temer teria participado do encontro em que os valores foram solicitados.

Quanto a Moreira e Padilha, Fachin decidiu encaminhar o processo para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

Defesas. A defesa de Padilha reafirmou sua posição de que “jamais houve qualquer ato de corrupção imputado a ele, ainda que em tese, motivo pelo qual jamais temeu qualquer decisão do Poder Judiciário e sempre se colocou à disposição para esclarecimentos que envolvam seu nome”. As defesas de Temer e Moreira não se pronunciaram.

01 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Moro se reúne com Bolsonaro e deve aceitar convite

● O juiz da 13.^a Vara Criminal de Curitiba, Sérgio Moro, responsável pela primeira instância da operação Lava Jato, se reúne hoje com Jair Bolsonaro e seu vice, o general Hamilton Mourão, na casa do presidente eleito, no Rio. O encontro acontece três dias depois de Bolsonaro afirmar que pretende convidar o magistrado para assumir o ministério da Justiça. Segundo apurou a coluna *Direto da Fonte*, Moro vai comunicar que aceita o convite para assumir um Ministério da Justiça ampliado. A inclinação do juiz curitibano, diante da escolha de seu nome, foi claramente positiva.

No desenho esboçado pela equipe de Bolsonaro, o novo ministério da Justiça seria mais abrangente e incluiria a área de Segurança Pública — que tem sob seu comando a Polícia Federal —, mais a Secretaria da Transparência e Combate à Corrupção, a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

/ SONIA RACY

Outra porta

Depois que Luís Roberto Barroso, do STF, negou o pedido de Temer para anular o indiciamento promovido pela PF no Inquérito dos Portos — ele foi feito por delegado de polícia — a defesa do presidente da República entrou com novo recurso.

Está pedindo ao plenário do STF que examine a questão.

Esquentando

Antonio Mariz de Oliveira avisa que, pela primeira vez, vai apoiar a chapa de Marcos da Costa na sua reeleição a presidência da OAB/SP.

Mesmo caminho

A ida de Sergio Moro para o governo Bolsonaro, para ocupar, se não entrar nenhuma pedra no meio do caminho, um superampliado Ministério da Justiça — o blog da coluna adiantou ontem que o juiz vai aceitar o convite hoje de manhã, depois de conversa com Bolsonaro —, pode repetir trajetória parecida com a de Alexandre de Moraes.

Que foi para a Justiça no governo Temer e, depois, ao STF.

É agora, José?

Se Moro trocar de fato Curitiba por Brasília, o que fará o Tribunal de Justiça do Paraná? Terá que lançar edital para que juizes do Estado concorram à sua vaga.

O critério final de escolha é o de... antiguidade.

José 2

O “novo Moro” tocaria a Lava Jato até o fim. Até esse próximo juiz entrar, quem fica cuidando da operação é a substituta Gabriela Hardt. Conhecida por ser mais mão pesada que o Moro...

RICHA VIRARÉU

Ex-governador e mais 12 pessoas vão responder a uma ação penal por corrupção e fraude à licitação

João Frey
Gazeta do Povo

O juiz Fernando Fischer aceitou a denúncia apresentada pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) no âmbito da Operação Rádio Patrulha, que levou o ex-governador Beto Richa (PSDB) à prisão em setembro. Com isso, Richa e mais 12 pessoas indiciadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MP agora são réus e responderão a uma ação penal.

O foco da denúncia aceita pela Justiça envolve o direcionamento da licitação feita no âmbito do programa Patrulha do Campo e também desvio de dinheiro, a partir dos contratos firmados pelo governo do Paraná com as empresas Cotrans Locação de Veículos Ltda, Ouro Verde Transporte e Locação S.A., e Terra Brasil Terraplanagem Ltda-ME, vencedoras da concorrência.

“O total dos pagamentos efetuados pelo Estado do Paraná às empresas foi de R\$ 101.905.930,58. Considerando a porcentagem prometida de propina 8% sobre o bruto -, o valor global das vantagens indevidas recebidas pelos agentes públicos denunciados foi da ordem de R\$ 8.152.474,44”, afirma o MP.

O Patrulha do Campo foi lançado em 2011 pelo governo do Paraná, no primeiro ano

do primeiro mandato de Beto Richa. O programa consistia basicamente no aluguel de maquinários das empresas, para utilizá-los em melhorias de estradas rurais.

Ao justificar a aceitação da denúncia, o juiz Fernando Fischer afirma que, entre as provas dos supostos crimes, estão o edital da licitação do Patrulha do Campo, o resumo do pagamento às empresas e conversas por áudio e mensagens de texto. Especificamente contra Beto Richa, o magistrado cita a gravação em que o tucano trata com o delator Tony Garcia do atraso no pagamento de propina. “Há diversas menções ao denunciado em gravações de conversas de outros denunciados, citando-o no contexto dos crimes narrados no pedido. Some-se a isso o fato dos eventuais delitos terem sido praticados sob a estrutura do seu governo, com o envolvimento de seus principais homens de confiança.”

Apesar de ressaltar que é prudente aguardar a produção de mais provas pela Justiça, além daquelas apresentadas na denúncia

do MP, o juiz diz verificar “a presença deste arcabouço probatório mínimo que garante a presença da justa causa da ação penal”.

Réus por corrupção passiva e fraude à licitação: Beto Richa, ex-governador, José Richa Filho, o Pepe, irmão de Beto Richa e ex-secre-

tário de Infraestrutura e Logística do Paraná, Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete do governador, Ezequias Moreira, ex-secretário estadual de Cerimonial, Aldair Wanderlei Petry, ex-diretor-geral da secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná.

Réus por corrupção ativa e fraude à licitação: Edson Casagrande, ex-secretário de Assuntos Estratégicos do Paraná e Túlio Bandeira, advogado ligado à empresa Terra Brasil.

Réus pelo crime de fraude à licitação: Emerson Savanhago, dono da empresa Terra Brasil e Robinson Savanhago, dono da empresa Terra Brasil.

CONTINUA

TRIBUNA DO PARANÁ 01 NOV 2018

CONTINUAÇÃO

Réu por corrupção passiva:
Luiz Abi, primo do ex-governador Beto Richa.

Réus por corrupção ativa:
Celso Antônio Frare, empresário, Joel Malucelli, empresário e André Bandeira, ligado à empresa Terra Brasil.

Outrolado

Veja o que disseram os réus ao portal G1 Paraná:

As defesas de Beto e Pepe Richa, Ezequias Moreira, Deonilson Roldo e André Bandeira disseram que só vão se manifestar no processo.

O advogado de defesa de Luiz Abi disse considerar temerário o recebimento de denúncia "pautada exclusivamente na palavra de um delator que por diversas vezes faltou com a verdade ao Poder Judiciário, mesmo na qualidade de delator, e que possui extenso histórico criminal".

A defesa de Edson Casagrande afirmou que "tem a convicção de que o processo demonstrará a inocência de seu cliente e que vai entrar com recurso para trancar a ação penal".

O advogado de Túlio Bandeira afirmou que a "denúncia não procede e que vai provar a inocência do cliente".

A defesa de Celso Frare informou que o juiz afastou a acusação de fraude em licitação. "Por essa razão, foi diminuída drasticamente a constrição patrimonial contra o Celso." O advogado disse ainda que irá se manifestar no processo e que confia na Justiça.

A defesa de Emerson e Robison Savanhago declarou que "o recebimento da denúncia é um procedimento normal para esse tipo de expediente" e que na instrução processual terá "plenas condições de mostrar a inocência dos acusados".

O advogado de Aldair Petry disse que o "recebimento já era esperado em vista da prisão ilegal que ocorreu". "Para justificar aquele ato, eles precisam dar continuidade. Irá responder com tranquilidade e com a certeza de que nada de irregular ou ilícito cometeu."

A defesa do empresário Joel Malucelli afirmou que "nunca ofereceu nenhuma vantagem indevida a servidor público e sua empresa sequer venceu a licitação em questão. A acusação é improcedente e o processo é a oportunidade de provar sua inocência".

01 NOV 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Moro será ministro

No encontro que terá hoje as 9h30, com Jair Bolsonaro e com seu vice, o general Hamilton Mourão, na casa do presidente eleito, no Rio, o juiz Sérgio Moro vai comunicar que aceita o convite que lhe será formalizado, para assumir o Ministério da Justiça. Ao que se apurou, a inclinação do juiz curitibano, diante da escolha de seu nome, foi claramente positiva.

Exatamente um ano atrás, Sergio Moro falou sobre a necessidade de se fazer um "Plano Real Contra a Corrupção". É o que explica sua ida ao Ministério da Justiça: a chance de institucionalizar a Lava Jato, criando instrumentos permanentes de combate à roubalheira.

Como seria esse novo ministério? Ele traria um novo desenho do MJ, mais ampliado, que incluiria a área de Segurança Pública, mais a Secretaria da Transparência e Combate à Corrupção, juntando no pacote a CGU e o Coaf. Ou seja, um ministério poderosíssimo contra todo tipo de criminalidade e, especialmente, contra os crimes do colarinho branco.

01 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Beto Richa, irmão, aliados e empresários viram réus

O ex-governador Beto Richa (PSDB), seu irmão José Richa Filho (Pepe Richa), e outros 11 investigados viraram réus na Operação Rádio Patrulha, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). O juiz Fernando Bardelli Silva Fischer, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, aceitou a denúncia do Ministério Público do Paraná (MP-PR) na terça-feira (30). Richa virou réu por corrupção passiva e fraude a licitação. (

A operação investiga esquema de propina para desvio de dinheiro por meio de licitações fraudadas no programa "Patrulha do Campo", para recuperação de estradas rurais do Estado.

Além de Beto Richa, são réus por corrupção passiva e fraude a licitação o ex-secretário de Infraestrutura e Logística Pepe Richa; o ex-chefe de Gabinete de Richa, Deonilson Roldo; o ex-secretário de Cerimonial, Ezequias Moreira; e o ex-diretor-geral da Secretaria de Infraestrutura, Aldair Petry. O ex-secretário de Assuntos Estratégicos, Edson Casagrande e advogado Túlio Bandeira viraram réus por fraude a licitação e corrupção ativa. Já os empresários Emerson Savanhago e Robison Savanhago, por fraude a licitação. ■

01 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Bolsonaro vai oferecer superministério a Moro

Juiz federal e presidente eleito se reúnem hoje no Rio



O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) vai oferecer ao juiz federal Sérgio Moro o comando de uma versão turbinada do Ministério da Justiça. A pasta vai somar as estruturas da

Juiz federal e presidente eleito se reúnem hoje no Rio de Janeiro. O juiz responsável pela Lava Jato no Paraná visitará o presidente eleito. Ao remodelar o ministério, Bolsonaro pretende reforçar seu discurso de Segurança Pública e de combate à corrupção.

O convite será feito pessoalmente na manhã de hoje, no Rio de

Janeiro. O juiz responsável pela Lava Jato no Paraná visitará o presidente eleito. Ao remodelar o ministério, Bolsonaro pretende reforçar seu discurso de Segurança Pública e de combate à corrupção.

Moro é visto como

juiz linha-dura por sua atuação na Lava Jato. Partiram dele decisões que levaram à cadeia figurões da política e do meio empresarial, como Marcelo Odebrecht, o ex-presidente Lula e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. ●

Supremo suspende ações policiais em universidades



O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou ontem, por unanimidade dos nove ministros presentes à sessão, a suspensão dos efeitos de ações policiais e judiciais realizadas na semana passada dentro de universidades. Os ministros consideraram que as medidas feriram a liberdade de expressão de alunos e professores e rechaçaram quaisquer tentativas de impedir a propagação de ideologias ou

pensamento dentro dos estabelecimentos de ensino.

A decisão referenda liminar (decisão provisória) concedida no último sábado (27) pela ministra Cármen Lúcia a pedido da procuradora-geral da República (PGR), Raquel Dodge. O caso ainda terá o mérito julgado em data ainda não prevista. As ações foram realizadas para averiguar denúncias de campanhas político-partidárias dentro dos estabelecimentos. ■

PRESOS NO PARANÁ

A Justiça Federal em Francisco Beltrão/PR atendeu parcialmente liminar pleiteada pelo Ministério Público Federal (MPF) e determinou que o Estado do Paraná receba, e mantenha em custódia, pessoas presas em decorrência da atuação da Polícia Federal ou da Justiça Federal. De acordo com a decisão, os presos devem permanecer nesses locais pelo tempo necessário até a abertura de vaga em penitenciária ou a determinação judicial de soltura, utilizando-se os mesmos critérios para recebimento e manutenção em custódia de pessoas presas por atuação da Polícia Civil ou da Justiça Estadual.

Bolsonaro vai oferecer superministério a Moro

O juiz federal Sérgio Moro se reúne hoje pela manhã com o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), no Rio de Janeiro. Na segunda-feira, Bolsonaro disse em entrevistas que pretende convidar o juiz, que é responsável pelas ações da operação Lava Jato na primeira instância, para o cargo de ministro no novo governo ou indicá-lo para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal).

Moro poderá assumir um superministério, que englobaria três pastas: Justiça, Segurança Pública e Transparência e Controladoria-Geral da União, além do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), hoje ligado ao Ministério da Fazenda.

O juiz embarca às 6h50 de hoje no aeroporto Afonso Pena, na região metropolitana de Curitiba, com destino ao Rio, e retorna às 16h. A assessoria da Justiça Federal no Paraná confirmou que hoje não

há expediente em função do Dia de Todos os Santos.

Na última terça-feira, Moro emitiu uma nota em que disse ter ficado "honrado" com a menção do presidente eleito e que um eventual convite seria "objeto de ponderada discussão e reflexão".

Carreira de juiz

Caso aceite o convite, Moro terá de abandonar a carreira de juiz, como determina a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Não há o impedimento para o cargo de ministro do STF, mas ele teria de esperar a abertura de uma vaga – o decano Celso de Mello se aposenta em novembro de 2020. O próximo na lista é Marco Aurélio Mello, em 2021.

Uma possibilidade é o magistrado se tornar superministro e esperar a abertura da vaga no STF, o que também pode ocorrer com a morte de um ministro ou caso algum

deles deixe o cargo. Moro poderia permanecer no Supremo até 2047, quando completa 75 anos.

Ao jornal "O estado de S. Paulo", o juiz paranaense disse que conversará com Bolsonaro para "ver se há convergências importantes e divergências irrelevantes". Ele teria dito a interlocutores que conversará sobre combate à corrupção e a continuidade da operação Lava Jato.

Visto como um símbolo do combate à corrupção, no governo Bolsonaro Moro poderá ser colega de Onyx Lorenzoni, que admitiu ter recebido R\$ 100 mil da JBS e será ministro-chefe da Casa Civil; e do deputado Alberto Fraga, condenado a mais de 4 anos de prisão por ter pedido propina para uma cooperativa de transporte em 2008. Fraga deverá ser o ministro das Relações Institucionais no governo Bolsonaro. ☎ METRO CURITIBA

Juiz ouve Lula no dia 14

Caso aceite compor o governo em 2019, o juiz Sérgio Moro deverá ficar só até o fim do ano à frente dos processos da Lava Jato na primeira instância. No dia 14 ele ouvirá o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo do Sítio de Atibaia. O petista é suspeito de receber propina em troca de contratos

com a Petrobras. Ontem, Moro interrogou o ex-deputado Eduardo Cunha, suspeito de corrupção em contratos de fornecimento de navios-sonda para a Petrobras. Ambos já foram condenados em outras ações. ☎ METRO CURITIBA

01 NOV 2018

METRO

Rádio Patrulha. Beto Richa e mais 12 viram réus

O ex-governador Beto Richa e mais 12 pessoas viraram réus na operação Rádio Patrulha, que investiga o suposto pagamento de propina no programa Patrulha Rural. Richa e os outros 12 réus, entre empresários e funcionários públicos, foram presos no dia 11 de setembro, mas soltos após or-

dem do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. O irmão de Beto, Pepe Richa, também virou réu na 13ª Vara Criminal de Curitiba. Os defensores deles só se pronunciarão em juízo. Segundo o Ministério Público, foram pagos R\$ 8,1 milhões em propinas. **METRO CURITIBA**

Lava Jato. Sérgio Cabral vira réu pela 26ª vez

O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, aceitou mais uma denúncia contra o ex-governador Sérgio Cabral, que se tornou réu pela 26ª vez. A ex-primeira-dama Adriana Ancelmo e mais duas pessoas também viraram réus por um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo uma rede de restaurante japonês.

De acordo com a denúncia do MPF (Ministério Público Federal), o grupo é acusado de ter emitido notas fiscais falsas por serviços não prestados pelo escritório de advocacia da mulher de Cabral ao restaurante Manekineko. Eles teriam ocultado R\$ 3,1 milhões.

Na decisão, Bretas citou a

denúncia, que afirma que a lavagem ocorreu em 16 oportunidades, entre 2014 e 2016. O objetivo do casal era distanciar o dinheiro de sua origem ilícita, já que era derivado de crimes de corrupção praticados pela organização criminosa chefiada por Cabral.

Os outros réus são Thiago Aragão, ex-sócio de Adriana no escritório de advocacia, e o empresário Ítalo Garritano Barros, dono da rede de restaurantes. Os dois e Adriana também são acusados de falsificação de documentos públicos, pois teriam fraudado carteiras de trabalho de funcionários para não pagarem direitos trabalhistas. **METRO RIO**